

RELATÓRIO DE WORKSHOP

14º FÓRUM DA INTERNET NO BRASIL

Informações básicas sobre o workshop

Título: A plataformização da educação na América Latina e na África e os desafios da soberania digital no Sul Global

Tema: Educação e soberania Digital

O workshop apresentou e debateu o avanço da plataformização da educação na América Latina e na África, trazendo dados inéditos do mapeamento, além de mostrar casos concretos no Brasil para que mostrar como esse fenômeno compromete o direito à educação, bem como a independência política e econômica dos países do Sul Global.

Proponentes: Observatório Educação Viglada e Nextcloud

Participantes palestrantes:

Leonardo Cruz (UFPA) - Setor Comunidade Científica e Tecnológica;

Everton Vasconcelos de Almeida (professor da rede estadual de Santa Catarina) - Setor governamental;

Janaina do Rozário Diniz (UEMG) - Setor Comunidade Científica e Tecnológica;

Vanda Santana (APP - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná) - Setor Terceiro Setor;

Eder Miranda (Unodata) - Setor Empresarial

Relatoria: **Priscila Gonsales** (Unicamp/Educadigital/GT Tech da Campanha Nacional pelo Direito à Educação).

Mediação: **Tel Amiel** (UnB/Cátedra Unesco em EaD)

Relevância do tema para a governança da internet

Com a adoção do modelo de negócios de monetização dos dados pessoais dos usuários de seus serviços e produtos, as Big Tech Amazon, Meta, Apple, Google e Microsoft tiveram um crescimento sem precedentes em suas receitas. No setor educacional, a adoção das plataformas digitais das Big Tech vem avançando significativamente em diversos países, especialmente no Sul Global, desde a covid-19, constituindo o fenômeno da plataformização da educação. No período entre 2020 e 2022, o Observatório Educação Viglada

realizou o mapeamento da plataformização da educação pública no Brasil e na América do Sul. A pesquisa mostrou que as empresas Google e Microsoft dominam o mercado de plataformas educacionais nas instituições de educação superior dessa região. Tal fenômeno traz implicações e riscos para a educação pública, como comprometimento do processo de ensino e aprendizagem, mercantilização dos dados da comunidade acadêmica e escolar, comprometimento na formação de mão de obra desenvolvedoras de estruturas e infraestruturas e riscos para a soberania digital, política e econômica dos países, uma vez que dados estratégicos da educação pública estão em poder das Big Tech, gerando dependência tecnológica. A declaração da Cúpula da ONU, em setembro de 2023, pontuou que é preciso tomar medidas para eliminar as divisões digitais e disseminar os benefícios da digitalização, ampliar a participação de todos os países, em especial os países em desenvolvimento, na economia digital. Diante desse contexto, é urgente promover debates com representantes de diversos setores da sociedade, com o público em geral e com o poder público e elaborar ações que visam promover a soberania digital e nacional dos países do Sul Global. O Workshop pretende apresentar o mapeamento inédito da plataformização da educação na América Latina e África, dados que permitirão conhecer os cenários da plataformização em outros países do Sul Global.

Resumo das apresentações

A apresentação começou com o abre feito pelo mediador Tel Amiel, sobre a proposição do painel pelo Observatório Educação Viggiada, que trabalha o tema da plataformização em específico na educação, considerando que a plataformização é um fenômeno determinado por questões políticas e econômicas. Ao mesmo tempo, as plataformas também estão direcionando como a educação deve ser, no sentido de atribuir papéis para professores, escolas e propor metodologias.

O painel foi dividido em três partes, na primeira parte, Leonardo Cruz e Janaina Diniz apresentaram os dados inéditos sobre o mapeamento das soluções de armazenamento e gerenciamento de e-mails institucionais das Instituições Públicas de Ensino Superior das regiões pesquisadas (América Latina e África). Na segunda parte, Everton Almeida, professor da rede pública de educação de Santa Catarina e Vanda Santana, representante do APP Sindicato, abordaram como a plataformização ocorre na educação básica, com destaque para a adoção oficial de serviços privados, bem como treinamento de professores para uso de tecnologias baseadas em captura de dados desenvolvidas por bigtechs.

E, na última parte, Eder Miranda, CEO da Unodata e representante da NextCloud no Brasil, apontou como é possível construir caminhos alternativos às bigtechs caso haja políticas educacionais compromissadas de fato com a proteção de dados e também com a soberania digital. A NextCloud foi também coproponente do painel.

Informações compartilhadas no painel

Foram apresentados dados inéditos por meio das pesquisas “Plataformização da Educação Pública Superior na África” e “Plataformização da Educação Pública Superior na América Latina”. Ao analisar os registros de direcionamento dos domínios de e-mail pesquisados nas instituições públicas de ensino superior, temos, resumidamente, os seguintes resultados:

Na África:

- **1.621** Instituições Públicas de Ensino Superior pesquisadas em 55 países;
- **1.170** domínios válidos de e-mail institucional encontrados;
- **59%** dos domínios válidos direcionam para servidores da Google ou Microsoft;
- **45%** dos domínios válidos estão armazenados em servidores da Google e 14% nos da Microsoft;
- **41%** dos domínios apresentam outras soluções de armazenamento;
- **27%** do total de domínios válidos direcionam para servidores gerenciados pelas próprias instituições;
- Na Tunísia, **74% dos 64 e-mails institucionais** encontrados são direcionados para servidores da Tunisie Telecom, empresa de telecomunicações de capital misto, majoritariamente estatal;
- Nas Ilhas Seychelles, **64% dos 14 domínios** encontrados são direcionados para servidores estatais, gerenciados pelo Departamento de Informação, Comunicação e Tecnologia do Governo de Seychelles;
- Na Tanzânia, **45% dos domínios válidos** são direcionados para servidores próprios, gerenciados pela Autoridade de Governo Eletrônico (e-Government Authority), ligada à administração pública federal.

Na América Latina:

- Foram pesquisados **666 domínios** de e-mail em 20 países;
- Foram encontrados **646 domínios** válidos de e-mail institucional;

- **76%** dos domínios válidos das Instituições Públicas de Ensino Superior da América Latina direcionam suas mensagens para servidores da Google e da Microsoft;
- **58%** dos domínios válidos estão armazenados na Google e **18%** na Microsoft;
- Somente **24%** dos domínios válidos estão armazenados em outros tipos de solução, majoritariamente servidores próprios e gerenciados pelas instituições;
- Cuba é o único país da região com **100%** dos servidores próprios, seguido por Uruguai, com **85%**.

Para acessar o relatório completo: <https://zenodo.org/records/11243189>

A pesquisa “Quando você se torna um Educador Google”, apresentada por Everton Almeida, enfatizou como o currículo vem sendo construído no estado de Santa Catarina (SC) no intuito de associar o uso de plataformas e recursos educacionais digitais por estudantes, professores e na gestão escolar. Empresas privadas e fundações empresariais estão ocupando espaços privilegiados no direcionamento de políticas públicas para a educação básica, como no caso do projeto Google for Education. No contexto do capitalismo de vigilância, uma estratégia neoliberal culmina no desenvolvimento de uma racionalidade técnica empresarial, ancorada na inovação e na concorrência. Apresentado à sociedade Catarinense em meados de 2016, o referido projeto efetivou-se por meio de parcerias e termos de cooperação técnica entre empresas e organizações da sociedade civil com a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED-SC). Um projeto piloto buscou integrar os produtos da empresa Google em 36 escolas públicas estaduais.

O pesquisador utilizou o mapeamento realizado pelo Observatório Educação Vigiada que mostrou quantas secretarias estaduais de educação estavam mantendo acordo com bigtechs.

Para o pesquisador, a implementação de produtos das empresas bigtechs no interior da educação pública abre oportunidades de negócios, acordos e parcerias entre Estado e iniciativa privada. Os dados revelaram que, pelo discurso das “soluções inovadoras”, essas políticas abriram caminho para a privatização da educação pública e estratégias neoliberais de competição e concorrência, levando à formação do sujeito neoliberal (empreendedor de si) a qual o capitalismo contemporâneo necessita.

Os produtos da empresa Google são apresentados com otimismo tecnológico, como necessariamente benéficos à educação e como possibilitadores de inovação, ocultando as práticas de controle docente e

vigilância, de acompanhamento e responsabilização de resultados por meio de coleta e de análise de dados de usuários, fidelização de clientes e dependência do Estado à tais produtos. Destacou também a participação da Vetor Brasil e do CIEB na intermediação das relações entre empresas de tecnologia e governos, inclusive com ocupação de cargos em funções executivas na secretaria.

Ainda sob o enfoque da educação básica, a secretária educacional do APP Sindicato, Vanda Santana, fez uma fala-denúncia sobre os impactos nocivos da plataformização, destacando os efeitos causados pela imposição de ferramentas digitais na aprendizagem e na saúde de professores(as) e estudantes. “As plataformas utilizadas nas escolas do Paraná estão gerando um negacionismo científico e pedagógico, uma sobrecarga de trabalho, o adoecimento da nossa categoria e potencializando a ansiedade nos estudantes. Essa plataformização não é educação, é um grande negócio. É a terceirização da educação pública”, disse Vanda.

Vanda ressaltou que a introdução de plataformas nas escolas da rede estadual paranaense se intensificou após a posse do governador Ratinho Jr. (PSD) e a nomeação do empresário Renato Feder como secretário da Educação. Ela explicou que o governo adquiriu diversos aplicativos para padronizar o currículo e vigiar o trabalho docente, colocando o resultado do Ideb como mais importante do que a aprendizagem dos(as) estudantes. A constatação de que praticamente todas as plataformas são compradas de empresas privadas foi outro ponto destacado durante a explanação, além do fato de que a utilização é imposta aos educadores(as) e estudantes, mesmo nos estabelecimentos de ensino em que faltam computadores e nas situações em que o(a) aluno(a) não possui aparelho celular ou computador pessoal.

Segundo a palestrante, tratam-se de mecanismos de controle de dados e das ações dos professores, funcionários, da direção e da equipe pedagógica. Com isso, o Ideb passa a ser o foco de todas as ações do governo na área educacional no Paraná e isso só tem se intensificado, inclusive com o ranqueamento entre as escolas. A cobrança de metas na utilização das plataformas é tão intensa que pode levar até à cassação do mandato de diretores(as) eleitos(as) pela comunidade. “As plataformas utilizadas no Paraná não são educacionais, não cumprem o seu papel de desenvolvimento da aprendizagem e muito menos da diminuição do nosso trabalho docente e pedagógico nas escolas. Muito pelo contrário”, afirmou.

Vanda mostrou como sindicato tem feito a resistência a essa política, como a campanha Mais Livros e Menos Telas, da mobilização Plataforma Zero, do

Seminário realizado em julho de 2023 e de uma pesquisa que mostra que as plataformas não trouxeram mais aprendizagem e aumentou a sobrecarga de trabalho dos(as) professores(as).

Para trazer um horizonte de possibilidades além das bigtechs, Eder Miranda, ressaltou que o tema da “plataformização” ainda é bem pouco falado na sociedade, assim como soberania digital. Sua empresa Unodata tem quase 20 anos de existência e vem atuando com o foco em software livre na construção de soluções de armazenamento de email e serviços digitais. Há alternativas e ecossistemas menores que permitem que as pessoas tenham maior controle sobre seus dados.

O empresário contou que a partir de 2013, com as denúncias de Edward Snowden, tinha esperança de que os países se preocupariam mais com a tecnologia. No entanto, em um movimento oposto, até 2014, sua empresa cuidava de servidores de email de diversas universidades do país, teve seus contratos encerrados pois as universidades decidiram migrar para as bigtechs alegando que seria tudo de graça. Ele pontua que o país está negligenciando questões de segurança cibernética, bem como deixando que profissionais de TI estejam sendo cada vez mais absorvidos pelas grandes plataformas.

Sobre o Observatório Educação Viglada

Lançado em 2021 durante a pandemia de COVID-19, o Observatório Educação Viglada é um grupo de pesquisa registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que mapeia o crescimento na transferência de serviços e softwares informacionais de instituições públicas de ensino para o controle de grandes companhias de tecnologia do mundo – representados aqui pelo acrônimo GAFAM (Google, Apple, Facebook, Amazon, Microsoft) cujo modelo de negócio é baseado na ampla extração de dados em troca de oferta “gratuita” ou mesmo de cobrança advinda da dependência gerada com a oferta “gratuita” circunstancial. Trata-se de uma relação obscura baseada no chamado “capitalismo de vigilância” e que põe em risco a privacidade de alunos, professores, gestores e outros atores escolares.

“As grandes empresas de dados têm, potencialmente, acesso a uma grande quantidade de dados de instituições públicas – desde dados pessoais de alunos (incluindo crianças e adolescentes), professores e funcionários, dados comportamentais extraídos de aplicativos educacionais, dados de rendimento escolar dos alunos e professores – até dados de comunicação institucional e de pesquisa, sem que tenhamos

transparência em relação ao uso e destinação desses dados, nem sabemos se nossas legislações locais estão sendo respeitadas”, explica o professor Leonardo Ribeiro da Cruz, coordenador do Observatório.

O Observatório tem sede na Universidade Federal do Pará (UFPA) e reúne pesquisadores de diversas outras instituições, como Universidade de Brasília (UnB), Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Universidade de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal do Sul de Minas (IFSM) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).